

política

Novo chefe do Inpe, coronel promete transparência total

/ GOVERNO FEDERAL

O novo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), coronel da Aeronáutica da reserva Darcton Policarpo Damião, assume o cargo com a promessa de dar “transparência total” aos dados sobre desmatamento no País. Em entrevista exclusiva ao Estado, ele apontou “teoria da conspiração” quando se sugere que informações sobre áreas que sofrem desmate podem ser censuradas.

“Ninguém vai esconder nada, dado nenhum, até porque não se consegue fazer isso”, afirmou Damião à reportagem durante intervalo de uma aula a alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde é professor.

O militar vai substituir no cargo Ricardo Galvão, demitido na sexta-feira após rebater publicamente críticas do presidente Jair Bolsonaro (PSL) à divulgação de dados que apontam o aumento do desmatamento na Amazônia. Damião, porém, prefere não entrar na polêmica. “Quero olhar para frente, não para trás, pensando no que é melhor para o Brasil.”

Segundo o novo chefe do Inpe, o órgão é “um fornecedor de informações valiosas”, mas pontua que “nenhum dado de imagem é absolutamente preciso”.

Damião, de 57 anos, foi indicado ao cargo pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que conhece desde os tempos de academia, há mais de 30 anos.

Embora de carreira militar, o coronel conhece bem a área. Tem mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Inpe e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB).

Questionado se enviaria os dados previamente para análise do presidente, como o próprio Bolsonaro sugeriu, disse ser direito das autoridades conhecer as informações para poder se defender de críticas. “É a questão do copo meio cheio, ou meio vazio”, disse ele. “Se tem uma notícia, não custa preparar. O importante é que o inimigo comum é o desmatamento.”

Sobre os problemas que poderá enfrentar na sua chegada ao órgão, depois da demissão de Galvão, o novo diretor disse que “o Inpe é um instituto de excelência”, “com cientistas de alto nível”. “Não podemos reduzir o trabalho a uma querela.”

Pontes disse que o sistema será alterado, de modo a atender melhor o cliente final, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que responde ao Ministério do Meio Ambiente, chefiado por Ricardo Salles (Novo).

Eunice deixa PGM em meio à mudança na Lei Orgânica

Procuradores criticam projeto da prefeitura por perda de autonomia

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Diego Nuñez
politica@jornaldocomercio.com.br

Até então procuradora-geral de Porto Alegre, Eunice Ferreira Nequete deixará o cargo. Alegando motivações pessoais, ela pediu exoneração em 28 de junho passado. A exoneração não havia sido publicada no Diário Oficial do Município até o fechamento desta edição.

Eunice comandava a Procuradoria-Geral do Município (PGM) desde junho de 2017, o que a colocava entre os titulares que permaneceram por mais tempo no primeiro escalão do governo Nelson Marchezan Júnior (PSDB). Na época, substituiu Bruno Miragem, que também deixou o posto por motivos pessoais.

Quem ficará interinamente à frente da PGM é o atual adjunto da pasta, Nelson Marisco. Essa é mais uma troca em pouco mais de dois anos e sete meses do governo Marchezan. Quando o Executivo definir quem substituirá Eunice, será oficializada a 36ª nomeação para uma das 16 pastas de primeiro escalão desde o início da gestão.

Fora as únicas quatro secretarias que não tiveram trocas de comando (Educação, Fazenda, Cultura e Serviços Urbanos), Eunice era a titular mais antiga no quadro da



Procuradora-geral, Eunice Nequete pediu exoneração do cargo em junho

cúpula do Paço Municipal. Procuradora de carreira do Estado do Rio Grande do Sul, ela foi a primeira mulher a comandar a Procuradoria-Geral do Estado.

No início de julho, após saber da iminente saída de Eunice, funcionários da PGM enviaram um ofício ao prefeito solicitando que fosse convocado algum advogado público e procurador de carreira para a cadeira mais alta da Procuradoria.

A prefeitura terá que buscar um novo procurador-geral em um contexto em que tenta modificar a Lei Orgânica da PGM. Tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) nº 10/2019, que, além de adequar os funcionários da PGM

ao novo estatuto dos servidores públicos, obriga a Corregedoria-Geral a prestar contas para a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria.

Para o presidente da Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA), Cesar Sulzbach, o dispositivo afeta a autonomia dos procuradores e é “um grande equívoco, porque o procurador pode estar apurando fatos de um secretário, estando subordinado a este mesmo secretário”.

Sulzbach também critica o projeto por ter encaminhado ao Legislativo um projeto que “afeta as prerrogativas dos procuradores” e altera a estrutura da PGM “sem discutir com os procuradores e sem passar pela Procuradoria”.

Petrobras cancela contrato com presidente da OAB

/ PALÁCIO DO PLANALTO

A Petrobras cancelou, nesta terça-feira, o contrato que tinha com o escritório de advocacia do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. O comunicado foi feito por carta. A assessoria de Santa Cruz não informou o motivo da rescisão nem o valor.

O escritório atuava em causas trabalhistas da estatal. Santa Cruz avalia entrar com uma ação de reparação de danos contra a Petrobras. A empresa não quis comentar.

Na semana passada, ao atacar o presidente da OAB, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que, se Santa Cruz quisesse, ele poderia dizer como seu pai,

Fernando Santa Cruz, desapareceu durante a ditadura militar. Mais tarde, contrariando documentos oficiais, o presidente afirmou que militante da Ação Popular (AP) foi morto em um “justiçamento da esquerda”, e não por órgãos da repressão.

Um registro secreto da Aeronáutica de 1978, anexado ao relatório da Comissão Nacional da Verdade, afirma que ele foi preso pelo regime militar, em 22 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro.

Em outro documento do Executivo, desta vez já no governo Bolsonaro, a Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério dos Direitos Humanos emitiu, no último dia 24, um atestado de óbito para Fernando. A certidão

afirma que o estudante “faleceu provavelmente no dia 23 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro (RJ), em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985”.

O presidente da Ordem foi ao Supremo Tribunal Federal pedir esclarecimentos de Bolsonaro. O presidente tem duas semanas para explicar sua afirmação, se quiser.

O embate entre Bolsonaro e Santa Cruz Bolsonaro teve início quando o presidente criticou a atuação da OAB no processo para apurar o atentado à faca sofrido por ele no ano passado.

Moderno e versátil

CONHEÇA O NOVO CENTRO DE EVENTOS RITTER HOTÉIS

ritter hotéis
REDE VERSARE

São 16 salas de diversas dimensões para receber o seu evento.
51.3210.4000 • ritterhotels.com.br • Porto Alegre/RS